

A RELEVÂNCIA DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO DA SAÚDE: VIÉS PARA A EFETIVAÇÃO DA CONCEPÇÃO SOCIAL DA SAÚDE

***Kênia Raisse Borges Lima¹, Francisca Alves Pereira², Juliana Alexandre da Silva¹
Lucilene Alves Pereira¹***

¹Universidade Estadual da Paraíba- UEPB/Departamento de Serviço Social, Rua Presidente João Pessoa – nº 63, centro, Cacimba de Dentro – PB, keniaraisse.bl@hotmail.com

²Faculdade Santa Maria/Departamento de Enfermagem, Rua José Pires Maia nº 31, Centro, São João do Rio do Peixe - PB, lualves0709@gmail.com

¹Universidade Estadual da Paraíba- UEPB/Departamento de Serviço Social, Distrito de São José da Mata, Campina Grande - PB, juliana_juss@hotmail.com

¹Universidade Estadual da Paraíba- UEPB/Departamento de Serviço Social, Rua Gilo Guedes nº 18, ap. 207- Centro, Campina Grande – PB, lucilenealvesp@hotmail.com

Resumo- Esta comunicação objetiva tecer algumas ponderações acerca da prática profissional dos Assistentes Sociais na área da Saúde. Partiremos do princípio de que o profissional de Serviço Social caracteriza-se pela sua forma de intervir na vida social. E enfrenta, entre outros, o desafio de compreender a dinâmica da sociedade e do Estado e suas determinações no âmbito profissional. Neste contexto, a área de saúde vem se configurando numa crescente demanda para o Serviço Social. Assim sendo, a atuação do assistente social vem se desenvolvendo e a cada dia tem se tornado uma prática necessária para a promoção e atenção à saúde. A intervenção desse profissional tem se expandido e se consolidado diante da concepção de que o processo saúde é determinado socialmente, dessa forma reforçando o conceito ampliado de saúde. É, portanto no confronto entre o direito do usuário e as normas institucionais que o profissional intervém para assegurar o cumprimento deste direito que é expressão mínima de outros grandes embates que o profissional enfrenta no Setor de Saúde.

Palavras-chave: Conceito ampliado de saúde. Prática profissional. Serviço Social.

Área do Conhecimento: Saúde

Introdução

A intervenção do assistente social na saúde representa um marco histórico para a categoria, pois, uma vez aliada ao movimento de Reforma Sanitária foi possível sua inserção neste setor das políticas sociais, como possibilidade de aproximação com a defesa da concepção da saúde como um produto social e a necessidade de um trabalho mais aprofundado junto aos usuários e suas demandas sociais.

Sob tal ótica se faz notório que a inserção do assistente social na saúde vem sendo expandida de forma que abre espaços para que este profissional possa criar mecanismos para assegurar os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), entre eles: a universalidade no

acesso aos serviços de saúde nos segmentos de promoção, prevenção e reabilitação.

Na contemporaneidade são perceptíveis os desafios para a consolidação dos princípios e diretrizes do SUS, bem como os princípios do Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social (PEPPSS), enquanto categoria que atua no cotidiano das expressões da questão social, sob determinadas condições de trabalho. Observamos que tanto o movimento da Reforma Sanitária, como também o PEPPSS tomam como bandeira a ser defendida o direito para todos os cidadãos indistintamente.

Como podemos perceber as discussões posteriores tem como objetivo principal demonstrar a relevância do trabalho do assistente social na área da saúde, e não, por acaso, o seu

papel na preservação e defesa intransigente do direito universal à saúde. Os profissionais empreendem suas ações para que os direitos historicamente conquistados sejam assegurados de modo que prevaleça o atendimento das necessidades e interesses dos indivíduos sociais.

Metodologia

Os elementos que embasaram nossas discussões foram apreendidos sob a luz do método marxista. Uma vez que, o referencial marxista nos permitiu ir além da relação imbricada entre saúde e doença ultrapassando uma visão fechada, mecanizada, mas, sobretudo, enveredando por um caminho que abre espaço para diálogos, para questionamentos e proposições críticas. Pois, pensar dialeticamente é adentrar num emaranhado de contradições, de construções e desconstruções daquilo que está posto e refazer o caminho do conhecimento. Para tanto, realizamos uma pesquisa bibliográfica objetivando a compreensão do papel do assistente social na área da saúde, com intuito de apreender os determinantes e condicionantes do processo de mediação que a prática do Serviço Social desempenha nesse setor. Bem como apontar as contribuições desse profissional para a efetivação dos princípios da Reforma Sanitária, materializados pelo Sistema único de Saúde (SUS). Nosso estudo está fundamentado teoricamente nos seguintes autores: BRAVO (2001); COSTA (2008); MENDES (1999); VASCONCELOS (2007); dentre outros, que contribuem para a apropriação de informações relevantes à discussão abordada neste trabalho.

Discussão

A Saúde Pública no Brasil ao longo de sua trajetória histórica passou por diversas mudanças. Vale ressaltar, o Movimento de Reforma Sanitária na década de ... que representou a formulação de proposta de reorientação do sistema de saúde e a ampliação do conceito de saúde. De acordo com Bravo (2001) na década de 1980, a saúde atinge a dimensão política deixando de ser preocupação apenas dos técnicos. Agora, a área da saúde contará com a participação de novos atores na discussão das condições de vida da população e das propostas governamentais apresentadas para este setor. Contribuindo, por sua vez, para um amplo debate que permeou a sociedade civil.

Para que a população do país tenha acesso ao atendimento público de saúde foi criado pela Constituição Federal Brasileira, de 1988, o SUS. Percebeu-se, então, a emergência e a necessidade de uma mudança na conjuntura

política da saúde no Brasil e a reorientação das práticas.

O modelo de saúde adotado pelo Brasil é considerado uma perspectiva de avanço para a política de saúde de modo geral. Mas, apesar das declarações oficiais de adesão ao mesmo, observa-se o descumprimento dos dispositivos constitucionais e legais, além de uma omissão dos governos na regulamentação e fiscalização das ações de saúde.

Face às demandas sociais que se consubstanciam na sociedade, ao adotar a saúde como resultado das condições sociais; econômicas; políticas; e culturais, o Serviço Social passa a fazer parte do conjunto de profissões necessárias para contribuir no processo saúde/doença. O profissional dessa área, por sua vez, caracteriza-se pela sua forma de intervir na vida social. E enfrenta, entre outros, o desafio de compreender a dinâmica da sociedade e do Estado e suas determinações no âmbito profissional. Na contemporaneidade essa profissão perpassa por uma ampla inserção na área da saúde, aspecto que é considerado um avanço para a categoria.

Através de uma maior divisão sociotécnica do trabalho e a expansão dos serviços de saúde o assistente social tornou-se um profissional requisitado para atuar junto às demandas advindas desse espaço sócio-ocupacional. Vale salientar, que esse profissional é considerado competente tanto teórica-metodológica como operacionalmente para intervir em meio a coparticipação dos usuários. Necessitava-se, portanto, de um profissional que tivesse uma macro atuação, visando a totalidade em sua prática, para assim contribuir para superação do modelo biomédico vigente.

Insistimos, assim, em recordar que o Serviço Social tem um determinado conhecimento e especificidade profissional, adquiridos em sua formação acadêmica, em trabalhar com as famílias. Isto permite-lhe responder as demandas/ ofertas do setor, que o gabaritam a dar consistência e coerência a projetos como o do PSF (TEIXEIRA, 2001, p. 246).

Neste cenário, o processo formativo se gesta a partir da apreensão do real concretizado, reflete o solo onde se materializa o exercício profissional, para que este corresponda ao atendimento das demandas postas a profissão de forma qualitativa e competentemente. É sob essa ótica que Nicolau (2004, p. 97) afirma que “é

necessário refletir sobre o processo formativo” do Serviço Social com uma visão de que tanto o saber da prática como o saber da formação não são antagônicos, mas são interdependentes e proporcionam que o assistente social não seja um mero executor de políticas sociais.

Nessa conjuntura, faz-se notório que a formação profissional percorre um delinear histórico que implica numa sistematização dinâmica de sua conformação, estando em sintonia com as exigências que o mercado de trabalho impõe sobre a profissão. Nesse sentido, podemos enfatizar que a prática do assistente social é subsidiada por instrumentos técnico-operativos que permitem a operacionalidade da proposta de ação. Pois, faz-se necessário conhecer melhor as demandas e a realidade concreta, conseqüentemente lançando nela propostas de ação com um olhar mais crítico.

Quanto aos aspectos metodológicos e técnico-operativos, que norteiam a atuação profissional; podemos dizer que estes aspectos, remetem-se a uma aproximação da metodologia participativa, bem como da construção coletiva. Sendo possível, assim, a visualização do usuário enquanto sujeito ativo, capaz de interagir e transformar a realidade em que vive, através da orientação, do acesso à informação, da promoção, da inclusão social, e entre outros.

No âmbito da saúde o assistente social faz uso contínuo de algumas atividades, quais sejam: levantamento de dados, interpretação de medidas e ações de caráter emergencial, procedimentos sócio-educativos, informação em saúde, desenvolvimento de atividades de cunho pedagógico e técnico-político, entre outras. Tendo em vista, que a instrumentalidade como campo de mediação contribui, entre outros, para que os profissionais tenham a intencionalidade de buscar formas as mais adequadas possíveis para intervir, de forma que se coloca para o profissional a exigência de ter clareza do que faz, como faz e para que faz.

Assim, podemos dizer que atuação do assistente social segue quatro direções: atendimento direto aos usuários; mobilização, participação e controle social; investigação, planejamento, e gestão; assessoria, qualificação e formação profissional. Identifica-se, assim, que a partir desses componentes é possível criar mecanismos que venha a contribuir para a humanização da saúde, a viabilização do acesso ao SUS e, sobretudo, para o fortalecimento dos princípios do PEPPSS que visa à universalidade dos direitos. Paralelo a isso se tem a defesa por uma sociedade sem opressão e exploração de classe.

Em se tratando da objetividade do trabalho do assistente social Costa (2008, p.340) chama atenção para o fato de que:

não há dúvidas quanto a relevância e importância do trabalho realizado pelo assistente social para a consolidação do SUS, e que para realizar um atendimento, [...], o assistente social necessita conhecer não apenas o funcionamento da instituição e/ou a unidade em que trabalha, mas a lógica de funcionamento do sistema de saúde (rede), a dinâmica e a capacidade de atendimento em outras instituições públicas e privadas.

O trabalho do assistente social na saúde não está imune às contratendências da ofensiva neoliberal, que implica no redimensionamento da segmentação das políticas sociais para um nível mais intenso e excludente, afetando o campo dos direitos sociais conquistados através de uma luta árdua e histórica. O que provoca uma variedade de direcionamentos para o setor saúde, principalmente, no que se refere ao fortalecimento do discurso da privatização; gerando o esfacelamento das diretrizes que fundamentam o SUS: universalidade, equidade, integralidade, descentralização e participação popular.

Este movimento trás alguns rebatimentos sobre a atuação do Serviço Social no âmbito das políticas públicas e sociais. A nova dinâmica tem delineado a prática profissional do assistente social que frente aos limites impostos pelos espaços sócio-ocupacionais que visam apenas o atendimento mínimo das necessidades sociais se vê num primeiro momento impossibilitado de consolidar o projeto ético-político.

O assistente social imbuído pelos direcionamentos postos pelo projeto ético-político, que atribui um norte a ser seguido dialético e criticamente, se coloca como um mediador do embate sócio-histórico entre o capital e o trabalho; haja vista, a vigência dos dois modelos antagônicos que perpassam as discussões na área da saúde nos anos 1980: o modelo privatista e o que diz respeito ao movimento da Reforma Sanitária que imprime uma nova visão sobre a concepção de saúde, tomando-a como produto social sob a tríade promoção, prevenção e reabilitação. Rompendo com as restrições do modelo hospitalocentrico abrindo espaço para o diálogo com os diversos pensamentos que envolvem o amadurecimento da nova concepção de saúde, que por sua vez exige uma nova prática

sanitária que inculce na população um novo olhar sobre a saúde.

Parafrazeando Vilaça (1999, p. 241):

a produção social da saúde, além de dar conta de um estado de saúde em permanente transformação - porque passível de acumulação e desacumulação - permite a ruptura com a ideia de um setor saúde, erigindo-a como produto social resultante de fatos econômicos, políticos, ideológicos e cognitivos).

Neste sentido, o assistente social atua no esclarecimento dessa concepção ampliada, promovendo um movimento de aculturação positiva dos usuários nessa perspectiva de ruptura.

Levando em consideração tais premissas, podemos afirmar que o Serviço Social na saúde tem se defrontado com muitos desafios que passam a configurar a intervenção profissional neste setor. Uma vez que, as expressões da questão social vêm sendo agudizadas, paralelamente ao estreitamento dos canais de seu enfrentamento o que atinge diretamente a prática do Serviço Social, permeada pelos rebatimentos da contrarreforma do Estado que ao invés de fortalecer os caminhos para a democracia e cidadania faz seu inverso lançando os indivíduos a margem da sociedade.

Não esqueçamos que estamos diante de um contexto de destituição dos direitos sociais, vivenciamos um processo de contrarreforma do Estado brasileiro, que ao invés de investir no bem-estar e nas questões afeitas à qualidade de vida faz o seu reverso privatizando o que é público, sucateando os serviços, segmentando as políticas sociais que desde sua emergência trazem consigo um caráter focalista e setorial (BEHRING, 2003). O que implica uma burocratização dos serviços e isso incide diretamente na atuação do assistente social que vê-se diante de tantos desafios e barreiras que impedem o delinear natural de suas ações.

Traçando um paralelo com os parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde elaborados pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS/2010), temos que, o objetivo da profissão é a compreensão dos determinantes sociais, econômicos, culturais que interferem no binômio saúde-doença, criando estratégias e mecanismos de ação político-institucionais para atendimento dessas questões apresentadas anteriormente. Dessa forma, incide diretamente sobre a integralidade e intersectorialidade das ações.

Com isso, o profissional tende a buscar conhecimentos e mecanismos teórico-práticos para subsidiar sua ação objetivando compreender as demandas referenciadas pelos usuários de modo a respondê-las competente e qualitativamente. Neste sentido, o assistente social deve problematizar as demandas institucionais para que possa encontrar formas eficazes de articular os interesses institucionais com o atendimento das necessidades reais da população.

Na atual conjuntura que evidencia a redução da intervenção estatal na órbita dos direitos sociais, soma-se a isso a precarização dos serviços da saúde, que apesar de ser um sistema universal apresenta lacunas a ser preenchidas. Principalmente, vale ressaltar, no que toca a participação popular como um dispositivo de controle e fiscalização criando possibilidades para que os princípios do SUS sejam efetivados. Exigindo da categoria uma maior articulação em defesa do acesso a saúde, mobilizando os indivíduos pertencentes a este processo em prol da continuidade do movimento sanitário como o meio mais viável a ruptura com práticas defasadas e focalizadas.

Neste sentido, o assistente social que toma como norte a concepção de saúde como um conceito ampliado, vestígios de sua aproximação com o projeto de Reforma Sanitária, mas também como um conjunto de direitos e elementos variados, é desafiado cotidianamente a ultrapassar a mera execução das políticas de saúde criando um elo entre a instituição e a população, rompendo com as práticas conservadoras que danificam o projeto profissional.

Nas palavras de Vasconcelos (2007, p.121):

[...] envolvidos prioritariamente com a questão do Estado via políticas sociais, tanto o debate teórico com o trabalho profissional priorizam o estudo, análise e/ou atenção das necessidades determinadas pelas políticas sociais e não as necessidades sociais determinadas pelos cidadãos, também em conseqüência do pouco conhecimento das condições dos segmentos com os quais trabalhamos.

Ao afirmar isso, a autora critica o posicionamento de muitos profissionais que não se empenham em potencializar suas ações, ficando restritos a práticas rotineiras e

burocratizadas que se distanciam de um dos principais fundamentos do Serviço Social previstos no Código de Ética de 1993, que é o posicionamento em favor da equidade e justiça social que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática.

Considerando as contradições impostas pela dinamicidade da sociedade capitalista os desafios são muitos, mas não podem ser tidos como barreiras intransponíveis ao exercício profissional em detrimento da perda da identidade profissional e da legitimidade social que a profissão adquiriu ao longo de sua construção histórica. Esta postura, sobretudo, expressa o comprometimento com as classes populares tendo como pilar a defesa intransigente dos direitos humanos. Logo, a atuação do assistente social na área da saúde é algo indispensável para que o indivíduo seja apreendido nas várias dimensões que o compõe.

Conclusão

Diante do esforço empreendido, se faz notório que a problemática da saúde pública brasileira é histórica. A mesma tem como precursor o Movimento de Reforma Sanitária, o qual era cunho de social, tendo como principal paradigma a criação de um novo modelo de saúde. Observa-se que o Movimento Sanitário brasileiro contribuiu de forma significativa para os avanços que ocorreram no campo da saúde, dentre esses podemos citar: a construção do SUS.

Evidencia-se que o SUS materializou a nova concepção de saúde e atenção no aspecto da prevenção, proteção e recuperação da saúde. Assim sendo, seria possível efetivar uma prática diferente numa conjuntura em que a maioria das políticas são assistencialistas e emergenciais.

Nesse contexto, temos que a inserção dos assistentes sociais na área da saúde significa um avanço para a categoria. Uma vez que a capacidade de responder as problemáticas que surgem representa a legitimidade da profissão perante a sociedade-organizada. Assim, diante da conjuntura atual que perpassa o Serviço Social brasileiro nos deparamos com grandes desafios que exigem da categoria novas configurações e estratégias de ação.

Destacamos que é preciso que a categoria se una em prol de uma maior articulação em defesa do acesso a saúde. Bem como, busque a continuidade do movimento sanitário que representa uma ruptura com práticas pragmáticas e focalizadas.

É possível sinalizar, ainda, que realidade do Serviço Social na área de saúde expressa a

necessidade de qualificar ações que mobilizem e impulsionem novas maneiras de realização da prática em saúde. Considerando a saúde como direito universal, o com controle social e o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro. Trata-se, portanto de buscar alternativas, frente ao contexto neoliberal para atuar de forma eficiente, articulando a teoria e a prática de modo a resguardar os princípios ético-políticos que norteiam o exercício do assistente social.

Referências

- BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.
- BRAVO, Maria Inês Souza. **A política de saúde no Brasil.** Capacitação para Conselheiros de Saúde. Rio de Janeiro: UERJ/DEPEXT/NAPE, 2001.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Saúde, Brasília: 2010.
- COSTA, Maria Dalva Horácio da. O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos(as) assistentes sociais. In: **Serviço Social e saúde:** Formação e trabalho profissional. 3. Ed. São Paulo: Cortez; Brasília – DF: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2008.
- MENDES, Eugênio Vilaça. **Uma Agenda para a Saúde.** 2ª Edição. Editora Hucitec, 1999.
- NICOLAU, Maria Célia Correia. Formação e fazer profissional do Assistente Social: trabalho e representações sociais. **Serviço Social & Sociedade**, n. 79, São Paulo. Cortez, 2004. p. 82-106
- TEIXEIRA, Mary Jane de O. O Programa Saúde da Família, O Serviço Social e o Canto do Rouxinol. In: **Política Social e Democracia.** São Paulo: Cortez, Rio de Janeiro: UERJ, 2001.
- VASCONCELOS, Ana Maria de. **A prática do serviço social:** cotidiano, formação e alternativas na área da saúde. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

XVINIC

Encontro Latino Americano
de Iniciação Científica

XI EPG

Encontro Latino Americano
de Pós Graduação

VINIC Jr

Encontro Latino Americano
de Iniciação Científica Júnior